



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://wwa.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 208 / 2020 - ESMAT/DGEMAT/DEEMAT

EDITAL nº 036, de 2020 – SEI Nº **SEI nº 17.0.000032765-4**

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **SAÚDE SUPLEMENTAR – DESAFIOS E SOLUÇÕES – TURMA II**, a se realizar no período de 25 de junho a 25 de agosto de 2020 mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Curso: Saúde Suplementar – Desafios e Soluções – Turma II

Objetivo: Capacitar os assessores jurídicos, analistas judiciários, servidores bacharéis em Direito vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e/ou para membros e servidores dos órgãos parceiros, bacharéis em Direito da comunidade jurídica, advogados, assessores jurídicos de magistrados de outros Estados, a compreenderem os problemas enfrentados sobre a saúde suplementar no Brasil e encontrar novas soluções para solucionar os litígios relativos à judicialização da saúde

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 2 a 15 de junho de 2020

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico www.tjto.jus.br/esmat.

Público-Alvo: Assessores jurídicos, analistas judiciários, servidores bacharéis em Direito vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e/ou assessores jurídicos de magistrados de outros Estados, membros e servidores dos órgãos parceiros, bacharéis em Direito da comunidade jurídica e advogados

Carga horária: 60 horas-aula

Modalidade: EaD

Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno: O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 120

2.2 Distribuição das Vagas:

PÚBLICO-ALVO	
2.1.1	Assessores jurídicos, analistas judiciários, servidores, residentes e cedidos bacharéis em Direito vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins 40

2.1.2	Assessores jurídicos de magistrados de outros Estados	20
2.1.3	Membros e servidores dos órgãos parceiros	20
2.1.4	Bacharéis em Direito da comunidade jurídica	20
2.1.5	Advogados	20
Total de Vagas		120

2.3 Caso o percentual de vagas previstas não seja preenchido na ordem preferencial, estas serão destinadas à classe subsequente até que sejam totalmente preenchidas.

2.4 No caso de seleção dos alunos, esta será realizada considerando-se o relatório de inscritos por ordem de data e horário de inscrição.

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Ser assessor jurídico vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

3.2 Ser analista judiciário vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

3.3 Ser servidor bacharel em Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

3.4 Ser residente em Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

3.5 Ser servidor cedido bacharel em Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

3.6 Ser membro e servidor dos órgãos parceiros;

3.7 Ser assessor jurídico de outros tribunais de Justiça;

3.8 Ser bacharel em Direito da comunidade jurídica;

3.9 Ser advogado.

4 FREQUENCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Frequência

4.1.1 A frequência no curso será registrada com base no Relatório das Atividades, emitido pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo computados os seguintes itens: videoaulas, participação nos fóruns e realização das questões objetivas

4.1.2 Todas as atividades ocorrerão por meio da Plataforma Moodle, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

4.1.3 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

4.2 Avaliação

4.2.1 As avaliações serão de duas formas: i) a individual se dará por meio da resolução de uma questão subjetiva/discursiva/estudo de caso, por Módulo, preparada pelos tutores; ii) as objetivas corresponderão à videoaula de cada Módulo, preparadas pelas professoras conteudistas. O aluno será avaliado qualitativamente pela escrita do texto levando em consideração os argumentos teóricos embasados pelos conteúdos trabalhados no Módulo,

demonstrando assim a apreensão dos conhecimentos apresentados pelos professores. A avaliação coletiva será realizada pelos tutores a partir da participação dos alunos nos fóruns de discussão em cada Módulo do curso, caracterizando-se, assim, a avaliação contínua do curso;

4.2.2 Em cada Módulo do curso haverá uma questão discursiva com o valor de 6,0 pontos. As questões objetivas valerão 1,0 ponto cada, somando 4,0 pontos ao final do questionário – totalizando assim 10,0 pontos por Módulo;

4.2.3 Só receberão certificado de conclusão os alunos que obtiverem média igual ou superior a 7,0, e frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento

4.2.4 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

AMBIENTAÇÃO	
Data/Período	De 25 a 28 de junho de 2020
Proposta para o curso	Apresentação do curso, da estrutura e do cronograma, com guia do aluno e fórum para apresentação do tutores e dos alunos.
Carga Horária	3 horas-aula
MÓDULO I	
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades
Data/Período	De 29 de junho a 5 de julho de 2020
Tema	Operadoras de saúde e coronavírus
Professora	Angélica Carlini
Conteúdos Programáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pandemia de Coronavírus – aspectos gerais. 2. Saúde Suplementar – riscos decorrentes da pandemia. 3. Agência Nacional de Saúde Suplementar – papel durante a pandemia. 4. Telemedicina e Telesaúde – Aspectos Positivos e Conflitos. 5. Flexibilização de prazos de atendimento. 6. Utilização de recursos de fundos garantidores na Saúde Suplementar. 7. Pagamento de mensalidades e de fornecedores de serviços. 8. Conflitos judiciais para o setor de saúde suplementar durante e após a pandemia.
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	• Refletir sobre as mudanças regulatórias no setor de saúde suplementar durante a epidemia de Covid-19 – Coronavírus.

	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar as novas perspectivas jurídicas e judiciais para o setor de saúde suplementar durante e após o período de pandemia. 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula	
MÓDULO II		
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades	
Data/Período	De 6 a 12 de julho de 2020	
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2
	A agenda regulatória e a incorporação de tecnologias na saúde suplementar	A Lei nº 9.656, de 1998, e a Agência Nacional de Saúde Suplementar(ANS).Papel, principais Atividades e Deliberações, Mutualismo e Modelo de Negócio
Professores	Rogério Scarabel Barbosa	Samir Martins
Conteúdos Programáticos	<ol style="list-style-type: none"> Agenda Regulatória como instrumento de planejamento e atuação. Incorporação de Tecnologia e seus problemas. Definição de Avaliação De Tecnologia Em Saúde (ATS). Incorporar uma Tecnologia na Saúde. Saúde Baseada em Evidências (SBE). Avaliação Econômica Em Saúde (AES). Análise de Custo-Efetividade (ACE) como instrumento de análise de valor. Tecnologia em Saúde com sustentabilidade. Revisão Sistemática. <p>Avaliação Econômica em Saúde</p>	<ol style="list-style-type: none"> A Lei nº 9.656, de 1998, e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): <ol style="list-style-type: none"> Papel, principais atividades e deliberações. Agenda regulatória, atuação. Mutualismo e modelo de negócio.
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os benefícios das tecnologias em planos de saúde para a saúde das pessoas, e entender que o custo-efetividade é essencial para a sustentabilidade do setor privado. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os fatores sociais, políticos, jurídicos e econômicos que levaram à regulação da saúde suplementar, especialmente as falhas de mercado.

		<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o conceito legal de plano privado de assistência à saúde. Identificar os entes regulados e as modalidades de atuação das operadoras de planos de assistência à saúde. 	
Carga Horária do Módulo		9 horas-aula	
MÓDULO III			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		
Data/Período	De 13 a 19 de julho de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (ANS)	Urgência e Emergência na Saúde Suplementar.	
Professores	Ana Carolina Morozowski	Gonzalo Vecina Neto	
Conteúdos programáticos	<ol style="list-style-type: none"> O que é o rol. Como ele é elaborado. Qual sua finalidade. Revisão do rol. 	<ol style="list-style-type: none"> Emergência e urgência. Necessidade, demanda e oferta. Regulação do acesso. Situação da rede nacional de saúde pública e privada. 	
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	* Compreender sobre a listagem de exames, consultas, cirurgias e demais procedimentos que os planos de saúde devem oferecer aos consumidores para nortear as decisões jurídicas.	<ul style="list-style-type: none"> Saber diferenciar os dois conceitos (Urgência e Emergência), e como se comportar ante as demandas que se utilizem desses conceitos 	
Carga Horária do Módulo		9 horas-aula	
MÓDULO IV			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		
Data/Período	De 20 a 26 de julho de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	O Envelhecimento da população e a Variação dos Custos Médico-Hospitalares (VCMH)	Planos de Saúde - Precificação e Reajuste	

Professores	José Cechin	José Cechin	
Conteúdos Programáticos	<p>1. Dados estatísticos do envelhecimento na sociedade brasileira.</p> <p>O declínio de crescimento da população no decorrer de 20 anos, aumentando assim os percentuais de sexagenários, septuagenários e de octogenários.</p> <p>2. Aumento da expectativa de vida, exemplos históricos mundiais.</p> <p>3. Impacto nas despesas com saúde nos próximos 40 anos.</p> <p>4. Reajustes anuais por tipo de contratação; motivos para serem altos;</p> <p>5. Dificuldades acarretadas aos contratantes de planos da escalada das despesas.</p> <p>6. Diferenças entre inflação de preços e variação das despesas per capita.</p>	<p>1. Obrigações e direitos diferentes entre saúde pública e privada.</p> <p>2. Estrutura de gastos primários da união e perspectivas de alocar mais recursos para saúde pública.</p> <p>3. Fundamentos conceituais dos planos de saúde. Mostrar o leque de escolhas para a formação dos grupos etários para efeitos de precificar por faixa etária.</p> <p>4. Quais foram as escolhas do legislador infralegal na formação dos preços por faixa etária.</p> <p>5. Faixas etárias por época de contratação.</p>	
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer os impactos do envelhecimento, que afetam a todos indivíduos, empresas contratantes, operadoras de planos de saúde, setor público e Serviço Único de Saúde. Conhecer os tipos de contratos e as respectivas regras de reajuste anual. Perceber que comparar índice de reajuste dos planos com índices de inflação é inadequado 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a legalidade dos reajustes por faixa etária, sua consequência na escolha do legislador infralegal que é a solidariedade implícita entre gerações, em que os mais jovens têm mensalidades acima dos seus custos médios para que os idosos tenham mensalidade inferior aos seus custos médios. Conhecer as razões dos altos índices de reajuste na passagem para a última faixa etária. Entender que os percentuais de variação nessa mudança de faixa etária, se linearizados, resultam em 34,8% em cada mudança de faixa entre os 44 e 59 anos de idade 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula		
MÓDULO V			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		

Data/Período	De 27 de julho a 2 de agosto de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	Fundamentos econômicos e atuariais dos contratos de planos de saúde.	Fundamentos Econômicos e Atuariais dos planos de saúde.	
Professores	Ana Carolina Maia	Marcos Paulo Novais Silva	
Conteúdos Programáticos	<p>1. Mercado de cuidados de saúde: um mercado muito especial.</p> <p>2. Definindo planos/seguros de saúde.</p> <p>3. Perspectiva Individual da necessidade de plano/seguro saúde.</p> <p>4. Transferência de risco via plano/seguro.</p>	<p>1. Modelo de financiamento e organização dos sistemas de saúde.</p> <p>2. Interação entre os diferentes elos e agentes que atuam no setor de saúde.</p> <p>3. Modelo de saúde brasileiro na prática.</p> <p>4. Dispêndio com saúde comparado à estrutura das despesas familiares e desafios do setor, abordando: a concorrência e rotatividade dos beneficiários, os custos crescentes e as regras de preço e reajuste.</p>	
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o mercado de cuidados de saúde. • Saber definir os conceitos de planos/seguros de saúde. • Compreender a perspectiva individual da necessidade de plano/seguro saúde, bem como a transferência de risco via plano/seguro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender que o modelo de organização do sistema suplementar de saúde brasileiro é reflexo do próprio modelo que o país adotou, com um sistema público universal e adesão voluntária a planos de saúde. • Aplicar as regras de precificação e reajuste. 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula		
MÓDULO VI			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		
Data/Período	De 3 a 9 de agosto de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	Responsabilidade Civil das Operadoras de Plano de Saúde em caso de erro médico.	Cancelamento de planos de saúde: Legislação, procedimento e jurisprudência.	
Professores	Daniel Tostes	Clênio Schulze	

Conteúdos Programáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Código de defesa do consumidor e aplicação nos contratos de plano de saúde. 2. Resoluções da ANS sobre o tema. 3. Credenciamento dos prestadores de serviço médico pelas operadoras. 4. Correntes existentes sobre responsabilidade das operadoras. 5. A posição consolidada do STJ. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Números da judicialização da saúde. 2. Legislação e jurisprudência sobre cancelamento de plano de saúde. 3. Dano moral na saúde suplementar. 4. Custo-efetividade dos tratamentos judicializados. 	
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a interação de diversas normas jurídicas no que diz respeito aos contratos de plano de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar os conceitos de cancelamento de plano de saúde, bem como a legislação e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. • Identificar os diferentes aspectos da judicialização da saúde. • Conhecer o e-Natjus nacional 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula		
MÓDULO VII			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		
Data/Período	De 10 a 16 de agosto de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	Política Pública da Consensualidade nos dias atuais.	O Conselho Nacional de Justiça como Agente Incentivador das Soluções de Conflitos pela Via Administrativa.	
Professores	César Cury	Arnaldo Hossepian Junior	
Conteúdos Programáticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. O sistema normativo brasileiro de gestão cooperativa do processo. <ol style="list-style-type: none"> 1.1 O sistema normativo brasileiro. Noções históricas. 1.2 Conjunto jurídico-normativo do sistema cooperativo e direito comparado. 1.3 Os conflitos de saúde suplementar típicos do direito 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação e Funcionamento do Comitê Nacional do Fórum da Saúde. 2. Criação e Funcionamento dos Comitês Estaduais do Fórum da Saúde do CNJ. 3. Solução de Conflitos na área da Saúde de forma mediada. 4. O Sistema Nacional E-Natjus instituído pelo CNJ. 5. A mediação e Conciliação como Política Pública do Poder Judiciário para desafogar o Poder Judiciário. 	

	<p>jurisprudencial brasileiro.</p> <p>1.4 Modelos de gestão de conflitos e de processos.</p> <p>1.5 Gestão cooperativa como modelo de solução.</p> <p>1.6 Gestão Cooperativa: objetivos e consequências.</p> <p>2. Análise de casos.</p> <p>2.1 Anatomia de casos complexos.</p> <p>2.2 Estudo de casos concretos: a experiência do Centro Especializado de Solução de Conflitos da Saúde Suplementar no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro</p>		
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender as normas e os mecanismos de gestão cooperativa do processo, assim como as rotinas procedimentais específicas do juízo respectivo. • Identificar os casos da saúde suplementar passíveis de gerenciamento cooperativo, bem como os processos envolvidos com os casos e seus atores envolvidos.. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inteirar-se de forma constante sobre a atuação do Comitê Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça e Comitês Estaduais da Saúde. • Fazer a interlocução com todos os personagens do sistema de saúde e de Justiça na busca de soluções pela via consensual.. 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula		
MÓDULO VIII			
Indicativos	Conteúdo Programático e/ou Atividades		
Data/Período	De 17 a 23 de agosto de 2020		
Temas do Módulo	Tema 1	Tema 2	
	Judicialização da Saúde – Conceito e Respostas Institucionais	Judicialização da Saúde.	
Professores	Natália Pires de Vasconcelos	Paulo Furquim de Azevedo	
Conteúdos Programáticos	1. O que é a judicialização de políticas públicas – aspectos	1. Características gerais dos sistemas de saúde no Brasil e no Mundo.	

	normativos e descritivos. 2. Como se caracteriza a judicialização da saúde pública. 3. As respostas pré-processuais, processuais e “metaprocessuais” à judicialização da saúde.	2. Problemas típicos do sistema de saúde suplementar e consequências sobre conflitos judicializáveis. 3. Judicialização da saúde: características gerais. 4. Judicialização e política pública: efeitos de casos individuais sobre o serviço coletivo de saúde. 5. Heterogeneidade regional da judicialização da saúde. 6. O baixo uso de mecanismos de qualificação das decisões. 7. Efeitos sobre o sistema de compras públicas.	
Objetivos Específicos do Módulo/Disciplina	<ul style="list-style-type: none"> Diferenciar a discussão normativa da judicialização nas políticas públicas. Caracterizar o fenômeno da judicialização da saúde na gestão pública. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar elementos que permitam uma melhor qualificação da decisão judicial, levando em conta suas características e consequências em larga escala sobre a oferta dos serviços de saúde.. 	
Carga Horária do Módulo	6 horas-aula		
AVALIAÇÃO DE REAÇÃO			
Data/Período	Dias 24 e 25 de agosto		
Carga-horária	2 horas-aula		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			
Modalidade EaD	Ambientação: 4 horas-aula		60 horas-aula
	Vídeoaulas: 18 horas-aula		
	Atividades de interatividades e avaliativas: 36 horas-aula		
	Avaliação de reação: 2 horas-aula		

5.1 PROFESSORES(AS)

5.1.1	
Nome	Angelica Carlini
Síntese do Currículo	Doutora em Direito Político e Econômico, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutora em Educação, pela PUC/SP. Mestre em Direito Civil, pela Universidade Paulista (UNIP). Mestre em História Contemporânea, pela PUC/SP. Graduada em Direito, pela PUC/SP. Pós-Doutorado em Direito Constitucional, pela PUC/Rio Grande do Sul. Docente do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Paulista (UNIP). Docente convidada do programa de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> da Escola Paulista de Direito (EPD). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT).
5.1.2	
Nome	Rogério Scarabel Barbosa
Síntese do Currículo	Graduado em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes Soares da Rocha de Marília (SP), Rogério Scarabel Barbosa tem especialização em Gestão Hospitalar e Organização da Saúde pela Universidade Federal do Ceará; e em Direito do Consumidor pela Universidade de Fortaleza. Scarabel atua no setor de saúde desde 2004 e tem ampla experiência nos segmentos de saúde suplementar e saúde pública. Durante os últimos 14 anos, atuou como advogado na área de Direito da Saúde. Atualmente está como Diretor de Normas e Habilitação dos Produtos na Agência Nacional de Saúde Suplementar
5.1.3	
Nome	Samir José Caetano Martins
Síntese do Currículo	Membro da carreira de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar; atualmente exerce o cargo de gerente da Assessoria Normativa da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Professor contratado <i>ad hoc</i> na Escola Superior Nacional de Seguros, ministrando aulas nos MBAs de Gestão de Seguros e Resseguro e de Gestão Jurídica do Seguro e Resseguro, e na Universidade Católica de Petrópolis, ministrando aulas no MBA em Saúde Suplementar. Foi professor substituto na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo lecionado as disciplinas Teoria Geral dos Processos I e II e Direito Processual Civil I, II, III e IV (2011/2013). Graduado em Direito, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. Mestre em Direito, pela Universidade Gama Filho, 2008. Experiente na área do Direito, em especial em Teoria Geral do Processo, Direito Processual Civil, Direito Civil (com ênfase em Teoria Geral e Direito das Obrigações) e Direito Administrativo (com ênfase em Regulação da Saúde Suplementar). Em seu Currículo <i>Lattes</i> , os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e cultural são: Constituição da República, Garantias Fundamentais, Neoconstitucionalismo e Constitucionalização do Direito Fonte: http://lattes.cnpq.br/9444190689689245
5.1.4	
Nome	Ana Carolina Morozowski
Síntese do Currículo	Juíza da 3ª Vara Federal de Curitiba. Especialista em Saúde. Membro do Comitê Executivo da Saúde do Paraná.

5.1.5		
Nome	Gonzalo Vecina Neto	
Síntese do Currículo	Graduado, pela Faculdade de Medicina de Jundiaí. Mestre em Administração, Concentração de Saúde, pela EAESP/FGV? Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Atuou como secretário municipal de Saúde de São Paulo, entre 2003 e 2004. Secretário Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Professor assistente da Faculdade de Saúde Pública da USP, desde 1988. Superintendente do Hospital Sírio Libanês, desde 2007.	
5.1.6		
Nome	José Cechin	
Síntese do Currículo	Engenheiro de Eletrônica, pelo ITA. Mestre em Engenharia Elétrica, pela Faculdade de Engenharia da Unicamp. Mestre em Economia, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. M. Phil, pela Faculty of Economics and Political Sciences da Universidade de Cambridge (UK). Servidor público do IPEA, tendo ocupado vários cargos no Governo Federal (Presidência da República, Tesouro Nacional, Política Econômica). Secretário Executivo e ministro de Estado do Ministério da Previdência e Assistência Social. Consultor em Previdência para o Governo do Estado de São Paulo, e entidades privadas. Primeiro Superintendente Executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar. Atualmente é superintendente executivo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. Conselheiro do Conselho de Emprego e Trabalho da Fecomércio-SP, do Conselho de Economia da Associação Comercial de São Paulo. Membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.	
5.1.7		
Nome	Ana Carolina Maia	
Síntese do Currículo	Professora Doutora do Departamento de Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e Chapter Leader de Indicadores e Avaliação na Sul América Companhia de Seguro Saúde. Doutora e mestre em Teoria Econômica, pela Universidade Federal de Minas Gerais, com trabalhos premiados na área de Saúde Suplementar. Experiente nas áreas de Economia e Atuária com ênfase em Economia Aplicada, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: <i>Modelos de Seguro Saúde, Regulação, Economia da Saúde, Sistema de Saúde Suplementar Brasileiro, Informação Assimétrica, Demografia e Saúde, Precificação de Produtos de Saúde e Concorrência no Setor de planos de saúde brasileiro.</i>	
5.1.8		
Nome	Marcos Paulo Novais Silva	
Síntese do Currículo	Economista e mestre em Economia Aplicada, pela Universidade Federal de Juiz de Fora Pós-Graduado em inteligência de mercado, pela FIAP. Atualmente é economista-chefe do Sistema Abramge/Sinamge/Sinog.	

5.1.9		
Nome	Daniel Junqueira de Souza Tostes	
Síntese do Currículo	Graduado em Direito, pela Universidade Federal Fluminense. Curso de Capacitação em Mediação Empresarial. Procurador Federal, desde 2004. Atualmente é procurador-geral da ANS.	
5.1.10		
Nome	Clenio Jair Schulze	
Síntese do Currículo	Doutor e mestre em Ciência Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Pós-Graduado em Justiça Constitucional e Tutela Constitucional dos Direitos, pela Universidade de Pisa/IT. Professor da Escola da Magistratura Federal de Santa Catarina (ESMAFESC). Professor da Escola da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC). Membro do Comitê de Saúde do Fórum da Saúde do Conselho Nacional de Justiça. Juiz Federal em Santa Catarina. Foi juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2013-2014. Autor dos livros Judicialização da Saúde no Século XXI (2018) e Direito à Saúde (2019).	
5.1.11		
Nome	Cesar Felipe Cury	
Síntese do Currículo	Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Membro da Comissão de Acesso à Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Mestre e Doutorando em Direito. Coordenador, professor e membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Presidente do Fórum Permanente e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Mediação da EMERJ. Diretor de Métodos Consensuais do Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB) e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Membro efetivo do IBDP. Membro de Diretoria de Conciliação e Mediação da AMB.	
5.1.12		
Nome	Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior	
Síntese do Currículo	Graduado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1983. Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo (ingressou na carreira em 1987). Secretário de Estado Adjunto da Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2020-2011; Subprocurador-Geral de Justiça, entre 2012-2015. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, por 2 biênios, 2015-2019. Professor da Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado, desde 2001.	
5.1.13		
Nome	Natalia Pires de Vasconcelos	

Síntese do Currículo	Professora em tempo integral e em dedicação exclusiva no Insper, onde integra o núcleo docente responsável pelo projeto do curso de Graduação em Direito. Membro do Núcleo Pesquisa de Direitos e Liberdades e do Núcleo de Pesquisa de Constituições e Desenho Institucional, ambos no Centro de Regulação da Democracia do Insper. Doutora e mestre em Direito Constitucional. Bacharel em Direito e em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo. Obteve seu LL.M na Faculdade de Direito de Yale. Foi Fox International Fellow no MacMillan Center for International and Area Studies. Student Fellow no Global Health Justice Partnership, ambos também na Universidade de Yale. Tem se dedicado especialmente ao estudo dos temas: <i>Judicialização de Políticas Públicas, Direito Sanitário, Saúde Pública, Direitos Sociais e Pesquisa Empírica em Direito.</i>
----------------------	---

5.1.14

Nome	Paulo Furquim de Azevedo
------	---------------------------------

Síntese do Currículo	Professor Senior Fellow e coordenador do Centro de Regulação e Democracia do Insper. Graduado em Administração Pública, pela FGV. Mestre e doutor em Economia, pela FEA-USP. Foi visiting professor no MIT e visiting scholar na University of California at Berkeley. Foi também conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), de 2006 a 2009, tendo atuado em inúmeros casos relacionados a cooperativas médicas e de fusões nos setores de hospitais, administradoras de benefícios e empresas farmacêuticas. É autor de diversos artigos e capítulos de livros sobre os seguintes temas: <i>Concorrência, Regulação, e Organização dos Mercados e da Firma, com diversas aplicações à cadeia de saúde suplementar.</i> Atualmente coordena pesquisas do Insper, voltadas ao aumento da eficiência da cadeia de saúde suplementar.
----------------------	--

5.2 TUTORES

5.2.1

Nome	Aline Marinho Bailão Iglesias
------	--------------------------------------

Síntese do Currículo	Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins/Escola Superior da Magistratura Tocantinense, 2013-2015. Doutoranda em Desenvolvimento Regional Universidade Federal do Tocantins (DINTER UFT/ESMAT). Pós-Graduada em Estado de Direito e Combate à Corrupção, Esmat, 2016-2017. Pós-Graduada em Teoria e Prática do Direito Privado (em andamento). Tutora do curso Direitos Humanos, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), 2018. Membro do Conselho de Pareceristas da Revista da Escola da Magistratura Tocantinense. Possui certificação nos cursos de Formação de Formadores e de Tutoria da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, 2017. Desde 2008, atua como juíza de direito no Estado do Tocantins. Professora no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Prática Judiciária, Esmat, 2016-2018. Atuou como procuradora do Município de Palmas-TO, 2004-2008. Graduada em Direito, pela Universidade Federal de Goiás, 1998-2002. Tem experiência em Direito, atuando principalmente nas áreas de Direito Processual Civil, Direito de Família, Direitos Humanos, Prestação Jurisdicional e Processo Eletrônico. Fonte: http://lattes.cnpq.br/7987594767143791
----------------------	---

5.2.2

Nome	José Esutáquio Melo Júnior
------	-----------------------------------

Síntese do Currículo	<p>Graduado em Direito, pelo UniCeub, 2000. Pós-Graduado em Ciências Jurídicas, pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2007. Pós-Graduado em Gestão do Judiciário, pela Faculdade Educacional da Lapa, Paraná, 2012. Mestre em Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2017. Doutorando em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Federal do Tocantins, 2019. Formador cadastrado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em Brasília, Distrito Federal. Coordenador e professor do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria e Prática do Direito Privado da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Professor universitário. Atualmente é juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Exerce a função de juiz eleitoral da 12ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Eleitoral e Gestão do Judiciário.</p> <p>Fonte: http://lattes.cnpq.br/9729354424483811</p> <p>OBS.: Ainda, participou do curso de Formação de Formadores, pela Esmat, e do curso de Formação de Tutores no contexto da magistratura, pela Enfam.</p>
5.2.3	
Nome	Océlio Nobre da Silva
Síntese do Currículo	<p>Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Tocantins. Experiência Profissional: Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Tocantins, de 1993 até 1998. Atuou como advogado, de 1998 até 2007. Professor da Faculdade de Ensino Superior de Colinas do Tocantins (FIESC), 2005-2006. Professor do Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos – ITPAC, 2006-2006. Atualmente é professor da Escola da Magistratura Tocantinense Esmat. Formação Acadêmica: Graduado em Direito, 1998, pela Fundação Universidade do Tocantins; Especialista em Estado de Direito e Combate à Corrupção, 2017. Mestre em Ciências Jurídicas, 2015, pela Universidade de Lisboa. Formação Complementar: Curso de Aperfeiçoamento para Magistrado em Direito do Consumidor, 2009, pela Escola Nacional da Magistratura. Curso de Aperfeiçoamento para Magistrado em Direito Ambiental, 2009, pela Escola Nacional da Magistratura. Curso de Formação de Multiplicadores em Sociologia Judiciária, 2010, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Programa de Capacitação em Poder Judiciário, 2010, pela Fundação Getúlio Vargas. Curso de Administração Judiciária, 2010, pelo Conselho Nacional de Justiça. Curso Jurisdição e Psicanálise, 2010, pela Escola Nacional da Magistratura. Curso de Atualização em Direito Eleitoral, 2010, pela Escola Judiciária Eleitoral. Curso Formação de Formadores, 2016-2017, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Curso de Formação de Tutores no Contexto da Magistratura, 2017, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Curso de Direito Constitucional Penal, 2018, pela Faculdade de Direito Escola de Lisboa. Eventos: I Fórum Acadêmico de Debates Jurídicos, 2008. Curso de Aperfeiçoamento/Vitaliciamento dos Juízes Substitutos, 2009. Curso de Aperfeiçoamento/Merecimento? Juízes Vitalícios, 2009. III Seminário sobre o Direito Português, 2010. I Encontro de Diretores de Fórum e Gestores do Suprimento, 2011. 78º Encoge, 2018.</p> <p>Fonte: http://lattes.cnpq.br/5576771404286606</p>

	OBS.: Ainda participou do curso de Formação de Formadores, pela Esmat, e do curso de Formação de Tutores no contexto da magistratura, pela Enfam.
5.3 CONTEUDISTAS	
5.3.1	
Nome	Dorane Rodrigues Farias
Síntese do Currículo	<p>Mestre pela Universidade Federal do Tocantins no Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (2016), especialização em Direito Público pela Universidade Anhanguera (UNIDERP) e graduação em Direito pela Fundação Universidade Federal do Tocantins (2003), Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público.</p> <p>Fonte: http://lattes.cnpq.br/9379189167159131</p>
Nome	Maria da Vitória Costa e Silva
Síntese do Currículo	<p>Graduada em Direito, pela Fundação UNIRG (1998); servidora pública federal pertencente ao quadro de servidores do Tribunal Regional Eleitoral no Tocantins. Trabalhou como assessora jurídica no TRT/10ª Região no Tocantins, atualmente exerce a função de oficiala de Gabinete da Presidência no TRE/TO; participou de vários eventos de capacitação na área jurídica. Especialista em: Direito Constitucional (UNIDERP/LFG), Tributário (UNIDERP/LFG), Direito Civil, Processual Civil, Direito do Trabalho, Processual do Trabalho (UNITINS) e Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT). Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Universidade Federal do Tocantins – linha de pesquisa: Instrumento de Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos. Ministrou aulas nas Faculdades de Palmas: Instituto Palmas de Ensino Superior (IPES) e no Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO), mantidos pela Associação Objetivo de Ensino Superior (ASSOBES), a convite da Coordenação do curso de Direito. Aprovada no Processo Seletivo para aluno especial do Doutorado em Desenvolvimento Regional no 1º semestre de 2017, disciplina Política e Planejamento Urbano, nos termos do resultado constante do Edital nº 003/2017 – PPGDR/UFT. Aprovada no Processo Seletivo para aluno especial doutorado em Desenvolvimento Regional da UFT, 2º semestre, disciplina Sociologia Econômica, conforme Edital nº 029/2017-PPGDR. Aprovada no Processo Seletivo para aluno especial doutorado em Desenvolvimento Regional da UFT, 1º semestre, disciplina Avaliação de Política Pública, conforme Edital nº 004/2018-PPGDR. Colaboradora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), nos projetos: <i>Palmas Participa, Nós Propomos e Cidade e Meio ambiente: estudo ampliado em perspectiva interdisciplinar</i>. Eixos de investigação: democracia participativa, políticas públicas, empoderamento das minorias, planejamento urbano e ambiental, com foco central nos direitos humanos e no desenvolvimento econômico voltado para a sustentabilidade, que proporcione dignidade humana e ambiental para a presente e às futuras gerações.</p> <p>Fonte: http://lattes.cnpq.br/1036448313333767</p>





6. CRONOGRAMA

SAÚDE SUPLEMENTAR – DESAFIOS E SOLUÇÕES			
Data Módulo	Carga /Horária por Módulo	Conteúdo Programático e/ou Atividades	
De 25 a 28 de junho de 2020	4 horas	AMBIENTAÇÃO: Período de ambientação ao sistema <i>Moodle</i> para apresentação do curso, com tutoriais para que os alunos possam se apropriar das ferramentas disponibilizadas na modalidade de curso EaD.	
Módulo I			
De 29 de junho a 5 de julho de 2020	6 horas- aula	Tema: Operadoras de saúde e coronavírus	
		Angélica Carlini	
		Videoaula: 2 horas-aula	
		Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:	
		Leitura.	
		Fóruns.	
		Questão discursiva.	
		Questões objetivas.	
Módulo II			
De 6 a 12 de julho de 2020	9 horas- aula	Tema 1	Tema 2
		A agenda regulatória e a incorporação de tecnologias na saúde suplementar.	A Lei nº 9.656, de 1998, e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Papel, Principais Atividades e Deliberações, Mutualismo e Modelo de Negócio.
		Rogério Scarabel Barbosa	Samir Martins
		Videoaula: 3 horas-aula	

	<p>Interatividade no AVA: 6 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas.</p>
--	--

Módulo III

De 13 a 19 de julho de 2020	9 horas- aula	Tema 1	Tema 2
		Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (ANS)	Urgência e Emergência na Saúde Suplementar.
		Ana Carolina Morozowski	Gonzalo Vecina Neto
		<p>Videoaula: 3 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 6 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas.</p>	

Módulo IV

De 20 a 26 de julho de 2020	6 horas- aula	Tema 1	Tema 2
		O Envelhecimento da população e a Variação dos Custos Médico-Hospitalares (VCMH).	Planos de Saúde – Precificação e Reajuste
		José Cechin	José Cechin
		<p>Videoaula: 2 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p>	

		Questões objetivas.	
Módulo V			
De 27 de julho a 2 de agosto de 2020	6 horas-aula	Tema 1	Tema 2
		Fundamentos econômicos e atuariais dos contratos de planos de saúde	Fundamentos Econômicos e Atuariais dos planos de saúde
		Ana Carolina Maia	Marcos Paulo Novais Silva
		<p>Videoaula: 2 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas.</p>	
Módulo VI			
De 3 a 9 de agosto de 2020	6 horas-aula	Tema 1	Tema 2
		Responsabilidade Civil das Operadoras de Plano de Saúde em caso de erro médico.	Cancelamento de planos de saúde: Legislação, procedimento e jurisprudência.
		Daniel Tostes	Clênio Schulze
		<p>Videoaula: 2 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas.</p>	
Módulo VII			
De 10 a 16	6 horas-	Tema 1	Tema 2

de agosto de 2020	aula	Política Pública da Consensualidade nos dias atuais.	O Conselho Nacional de Justiça como Agente Incentivador das Soluções de Conflitos pela Via Administrativa.
		César Cury	Arnaldo Hossepian Junior
		<p>Videoaula: 2 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas..</p>	
Módulo VIII			
		Tema 1	Tema 2
		Judicialização da Saúde - Conceito e Respostas Institucionais	Judicialização da Saúde.
		Natália Pires de Vasconcelos	Paulo Furquim de Azevedo
De 17 a 23 de agosto de 2020	6 horas-aula	<p>Videoaula: 2 horas-aula</p> <p>Interatividade no AVA: 4 horas-aula, contemplando:</p> <p>Leitura.</p> <p>Fóruns.</p> <p>Questão discursiva.</p> <p>Questões objetivas.</p>	
Avaliação de Reação			
Dias 24 e 25 de agosto	2 horas-aula	O aluno deverá avaliar a estrutura curricular, os professores, os tutores e a metodologia aplicada.	
Carga Horária do Curso	60 horas-aula		

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no DJ nº 4.348, de 13 de setembro de 2018.

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br.

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei.

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas**, **Diretor da ESMAT**, em 01/06/2020, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **3169225** e o código CRC **63F05E99**.